

A MÃO-DE-OBRA ESCRAVA E LIVRE COMO FATOR DE PRODUÇÃO NO PARANÁ PROVINCIAL

FRANCO NETTO, Fernando(UNICENTRO):ffranconetto@yahoo.com.br

Resumo: A presente pesquisa trata de avaliar a formação da sociedade paranaense durante o período final do século XVIII e boa parte do século XIX. A estrutura econômica e social estava alicerçada primeiramente na atividade da mineração que com o tempo cedeu espaço para as atividades da pecuária e da lavoura de alimentos, bem como a extração de erva-mate. Sua ocupação é resultado do dinamismo das regiões mais desenvolvidas da colônia, e a atividade da mineração foi predominante para implementar os primeiros núcleos urbanos na região. A procura por metais, como o ouro e a prata, é fator fundamental para a criação de núcleos populacionais na região. A fronteira extensa proporcionou ao império brasileiro preocupações quanto à defesa territorial e à expansão econômica da região. Com a decadência das atividades de mineração, criam-se as condições para que uma importante parcela da população se volte para os Campos Gerais por satisfazerem suas necessidades de sobrevivência. Surge, então, a atividade da pecuária, cuja expansão absorve esta camada da população envolvida no trabalho da mineração. Com essas condições, a mão-de-obra livre e escrava tiveram papéis fundamentais na formação da sociedade do Paraná, estruturando e consolidando o mercado interno e dando o suporte para o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Trabalho, escravidão, produção, mercado.

A MÃO-DE-OBRA LIVRE E ESCRAVA COMO FATOR DE PRODUÇÃO NO PARANÁ PROVINCIAL

FRANCO NETTO, Fernando(UNICENTRO):ffranconetto@yahoo.com.br

1.0 Introdução.

As grandes transformações que ocorriam no campo sócio-econômico internacional também tiveram seus reflexos na região meridional do país. A região que compreende o atual estado do Paraná fazia parte da província de São Paulo até meados do século XIX. Sua ocupação é resultado do dinamismo das regiões mais desenvolvidas da colônia, e a atividade da mineração foi predominante para implementar os primeiros núcleos urbanos na região. A procura por metais, como o ouro e a prata, é fator fundamental para a criação de núcleos populacionais na região. A atividade da mineração no litoral e a atividade da pecuária, posteriormente, nos Campos Gerais se interligam, formando o povoamento de Curitiba. No princípio do século XVIII, foi a atividade da pecuária que se desenvolveu, face às condições naturais extraordinárias para o seu desenvolvimento como o clima, a vegetação e os campos extensos, através da abertura de estradas e dos caminhos que dirigiam o gado vacum para as feiras de Sorocaba em São Paulo, a fim de atender inicialmente às necessidades das regiões mineradoras e, posteriormente, das fazendas de café.

Inicialmente, convém reafirmar que a integração da região sulina ao domínio português deveu-se, concomitantemente, a razões políticas e militares, que obedeceram à estratégia da expansão colonial portuguesa, e a razões econômicas, que diziam respeito ao comércio de mulas e cavalos feito pelos paulistas para o suprimento da área mineradora do Brasil(CARDOSO, F.H. 1977: 47).

Foi o período em que o tropeirismo ganha força como atividade econômica na região, a qual articula duas características básicas da economia brasileira do período: a tecnologia rudimentar e o grande empreendimento mercantil(FRANCO. 1997:.67), e é neste contexto que o tropeiro aparece como a própria personificação dessas condições; sua atividade firmou-se como por ser indispensável a um momento das operações comerciais(FRANCO. 1997: 67), juntamente com as invernadas, a criação e a comercialização do gado. Com a decadência das atividades de mineração, criam-se as condições para que uma importante parcela da população se volte para os Campos Gerais por satisfazerem suas necessidades de sobrevivência. Surge, então, a atividade da pecuária, cuja expansão absorve esta camada da

população envolvida no trabalho da mineração. Não podemos esquecer que a região é palco de diversos conflitos entre os portugueses e os espanhóis dado os interesses metropolitanos com relação à expansão territorial, em consequência da política mercantilista que forçava as metrópoles a adquirirem posses ultramarinas, daí o interesse em defender suas propriedades.

2.0 Formação da sociedade paranaense.

No século XVIII ocorreram grandes transformações econômicas para a 5ª comarca de São Paulo. Com a decadência da mineração, e sentindo a necessidade de abastecer as regiões mais desenvolvidas da província, o governador de São Paulo manda abrir estradas a fim de comercializar o gado proveniente do Sul do país. Com isso a região passa a se desenvolver baseada nas posses de grandes propriedades de terra, na criação de gado vacum, na atividade do tropeirismo e no trabalho livre e escravo.

A política adotada pela metrópole a partir da segunda metade do século XVIII foi direcionada tanto para as expedições militares de conquistas, devido às rivalidades com os espanhóis no sul, pelo interesse econômico em função da comercialização do gado sulino. Tal rivalidade é reflexo das políticas internacionais de disputa de poder entre portugueses e espanhóis em torno de suas posses. A política mercantilista era a principal fundamentação dos portugueses para desenvolverem suas ações na Colônia.

A exploração colonial, baseada no exclusivismo colonial, era essencial para sustentar a política de Portugal. Quase todo o território paranaense era dominado pelos espanhóis, porém, em função da ação dos bandeirantes, a povoação espanhola foi incorporada à Coroa portuguesa. Iniciam-se as expedições militares pelo interior, e a concessão de sesmarias foi a principal política adotada pela coroa portuguesa para promover sua ocupação. O censo populacional em 1778 em Paranaguá revela 7.678 habitantes, sendo 2.936 homens e 2.979 mulheres com 1.712 escravos o que representava 22,30% da população total (BALHANA; WESTPHALEN. 1969: 97). As ações estavam direcionadas não só para a expulsão dos espanhóis da região, mas também com o intuito de criar condições para o desenvolvimento econômico com base nas fazendas de criar, pela abertura de estradas para ligar o sul do país até Sorocaba, a fim de comercializar o gado e, finalmente, o apresamento da população indígena.

A ocupação baseou-se na concessão pela Coroa de sesmarias, que significava a posse de uma importante quantidade de terra com a intenção de desenvolver a atividade criatória, levando em conta as condições econômicas do proprietário, e a quantidade de escravos por ele possuídos. Esse período delimita o que podemos chamar de expansão da comunidade

paranaense provincial, iniciada com a ocupação de Paranaguá e Curitiba, fundamentadas nas atividades da mineração e na agricultura de subsistência, com a ocupação dos Campos Gerais através do desenvolvimento das fazendas de criar, do tropeirismo e, finalmente, com o povoamento dos campos de Guarapuava e de Palmas no início do século XIX. A fazenda de criar, como determinante para o povoamento da região, a atividade econômica, baseada na comercialização do gado vacum e dos muars, e as relações de produção, baseadas no trabalho escravo, foram o alicerce do desenvolvimento paranaense a partir do final do século XVIII.

Com a expansão de suas atividades, voltadas para a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, a população paranaense cresce continuamente com relação à população do início do século XVIII, conforme relatório de Raphael Pardini, ouvidor geral.

A distribuição populacional, referente ao censo de 1772, apresenta participação da população escrava de 22,4%, conforme tabela abaixo:

Localidades	População Livre	População Escrava	Participação %	Total
Villa Paranaguá	1779	1414	44,3%	3193
Villa Guaratuba	180	9	4,7%	189
Villa Curitiba	1835	104	5,4%	1939
Freguezia S. José	688	145	17,4%	833
Freguezia S. Antonio	460	40	8,0%	500
Povoação Yapó	973	-	-	973
Total	5915	1712	22,4%	7627

Quadro 1 – População Paranaense - 1772

Fonte: História do Paraná – Ed. Grafipar 1969.

Verifica-se que, na Villa de Paranaguá a participação da população escrava era bastante significativa em função das atividades econômicas ali desenvolvidas, enquanto que na Vila de Curitiba, por suas atividades estarem ligadas ao comércio, a população escrava tinha uma participação menor. Cabe ressaltar que o censo acima ainda era precário, visto que havia população escrava em todas as localidades, como também a população indígena, mantida como tal pelos colonizadores.

Conforme estatísticas elaboradas por Iraci del Nero e Horácio Gutierrez para a população paranaense no período compreendido entre o final do século XVIII e os primeiros decênios do século XIX podemos verificar a evolução e a participação do elemento escravo na formação da estrutura social do Paraná.

Ano	Antonina	Castro	Curitiba	Guaratuba	Lapa	Palmeira	Paranagu	Ponta Grossa	Pinhais
1798	27,07	22,34	18,22	12,17	16,70	-	20,26	-	15,00
1804	23,67	21,42	18,45	8,17	13,09	-	21,41	-	11,56
1810	22,26	21,82	17,00	14,53	13,35	-	20,87	-	12,36
1816	19,14	23,87	13,24	13,33	14,96	23,51	18,72	-	10,10
1824	21,20	26,99	11,98	14,92	14,50	28,45	19,49	19,83	10,75
1830	20,65	26,93	10,75	15,26	12,92	30,98	19,91	19,12	10,19

Quadro 3 – Participação% da mão-de-obra escrava no total da população paranaense – 1798/1830
Fonte: DA COSTA, I.del N. & GUTIERREZ, H. Paraná: Mapa de Habitantes 1798-1830

Podemos verificar, pelo quadro acima, que a participação do escravo na economia paranaense foi fundamental, principalmente nas localidades onde a atividade principal estava voltada para a criação de animais e nas grandes propriedades de terra, como é o caso de Castro e Palmeira. O litoral apresenta uma concentração importante de escravos em Antonina e Paranaguá considerando-se as necessidades dessa mão-de-obra para as atividades da lavoura de subsistência. Já Curitiba e Pinhais, localidades com suas atividades voltadas para o comércio e atendendo a uma população mais urbana, concentram um menor volume de escravos em sua população. Horácio Gutierrez, ao estudar a escravidão no Paraná nos primeiros anos do século XIX, afirma que as localidades de Antonina e de Castro destacam-se pelo peso maior de seus escravos relativamente à média verificada no Paraná. Possivelmente a explicação deste fato passe pela maior frequência nestas vilas de engenhocas de açúcar e fazendas de gado, respectivamente(GUTIERREZ. 1986: 66).

A composição da população paranaense também teve seus traços característicos semelhantes à colonização brasileira, formada pelo índio, o branco europeu e o negro. Os mestiços formaram também importante parcela da população paranaense. A sociedade paranaense se formou alicerçada no trabalho escravo, tanto da população indígena como posteriormente do negro e seus descendentes. Discute-se muitas vezes a real participação do trabalho escravo na formação social e econômica do povo paranaense; entretanto dados da economia paranaense e sua demografia comprovam a importância e participação do elemento escravo na formação e desenvolvimento da economia do Paraná.

O insofismável é que, por toda parte, embora em grau variável no tempo e no espaço, as fontes históricas demonstram a incidência de características escravistas na pecuária brasileira(GORENDER, J. 1992: 438).

O trabalho escravo foi utilizado em todos os setores da economia paranaense, nas fazendas de criar, na formação das tropas, na mineração, na agricultura, nos trabalhos domésticos e nos ofícios diversos. A importância do trabalho negro na economia do Paraná é tão relevante que se relaciona a ele a formação da riqueza e alguns aspectos da formação e do

desenvolvimento social:

Gerações brasileiras de brancos deveram-lhes, por longo tempo, desde o leite que as criou até essa dedicação afetuosa que as seguiu na vida. Desde o trabalho isolado e rude, até o esforço conjunto nas fazendas, que realizou fortunas(MARTINS, R. 1995:154).

Depoimentos de viajantes no período relatam a participação do negro na composição da população paranaense, apesar dos preconceitos, pois o racismo e a ideologia do trabalho da época predispunham os viajantes europeus e os brasileiros a verem os negros, que aparentemente não seguiam suas regras na vida íntima, como desregrados(SLENES. 1988:203). Nos relatos de Saint-Hilaire fica clara a questão do preconceito com relação à população negra, desde que saíra do Rio de Janeiro, eu vira apenas prostitutas e negras e, por isso, foi para mim deliciosa novidade passar o serão com duas mulheres honestas e amáveis(SAINT-HILAIRE. 1964:85).

A questão da ocupação dos Campos de Guarapuava insere-se nas condições acima descritas, com a concessão de sesmarias e o predomínio do trabalho escravo nas relações de produção. Os conflitos com a população indígena foram constante na conquista desses campos¹. Na realidade a ocupação territorial via expedições militares apenas viabilizou o projeto maior de ocupação das terras nos Campos de Guarapuava e de Palmas. Os fazendeiros eram absenteístas, isto é, moravam nas cidades e apenas uma ou duas vezes por ano iam até as suas fazendas. Entretanto, bastaram poucos anos para que os Campos de Guarapuava se apresentassem com suas terras totalmente ocupadas, com uma boa infra-estrutura, não havendo mais campos livres para novas aquisições de terras. Por conseguinte, inicia-se a procura por novos campos, sendo o de Palmas o preferido das expedições de conquista. Com a conquista dos campos de Palmas, os fazendeiros viram a necessidade de descobrirem uma passagem para as regiões das Missões. Em 1844, inicia-se o fluxo de tropas pelo caminho das Missões até a feira de Sorocaba, sendo os campos de Guarapuava e de Palmas utilizados como invernadas das referidas tropas vindas do sul.

Alguns fatores foram importantes para o surgimento de núcleos populacionais e a transformação econômica da região. A consolidação do comércio da erva-mate, a intensificação da política de colonização e a ocupação dos campos de Guarapuava e de Palmas tornaram mais dinâmica e atrativa a economia paranaense. As perspectivas de novos negócios e a formação de riqueza estimularam principalmente os grandes proprietários de

1 Sobre os conflitos entre brancos e índios no Paraná, consultar a tese de doutorado de MOTA, LÚCIO TADEU "O aço, a cruz, e a terra: índios e brancos no Paraná Provincial (1853-1889), 1998.

terra.

A estrutura social da economia paranaense no século XVIII baseava-se na relação entre senhores e escravos, encastelados em suas fazendas, distantes das decisões da coroa. É certo que as relações de poder eram tensas entre os fazendeiros e o governo colonial, visto que as contradições com relação à política econômica eram grandes. Os proprietários mantinham praticamente toda uma infraestrutura necessária para o abastecimento das fazendas, uma economia de subsistência que realimentava o processo de produção interno da propriedade. Quase tudo que necessitavam era produzido nas propriedades, principalmente os alimentos, as roupas eram trabalhadas pelos escravos, que faziam grande parte dos trabalhos nas fazendas. Existia a classe dos agregados, indivíduos considerados livres, que trabalhavam para os fazendeiros em troca da concessão de um pedaço de terra para produção própria. O trabalho dos escravos se concentrava na atividade principal: a criação do gado vacum e nas invernadas.

Com a Independência brasileira, foram os grandes proprietários de terra que assumiram o poder político no país, base da formação das oligarquias regionais, acentuando-se os laços patriarcais da estrutura social. O poder econômico se concentrava na classe dos senhores proprietários de terras, a riqueza provincial estava baseada nas atividades diretamente relacionadas com o comércio de gado vacum e de muares vindos do sul do país, e que era monopólio dos fazendeiros da região. Com o uso intensivo das invernadas, mediante o aluguel das suas pastagens para o trato dos animais vindos do sul, cada vez mais se deteriorava a criação de gado na província, não havendo interesse nem conhecimento para cuidar da criação do gado regional. A renda proveniente do arrendamento não criava dificuldades maiores para o proprietário, ao mesmo tempo em que começava a supremacia do comércio das cidades em detrimento das antigas relações de subsistência das fazendas.

O proprietário da fazenda Fortaleza, a maior da província, com 31 léguas quadradas, que tinha antes 100 escravos, passou a residir na cidade de Castro, vendeu os escravos, conservando apenas oito. A fazenda deixou de ter agricultura, ficando apenas com invernadas para tropeiros e para engorda de gado. Do arrendamento auferia uma renda anual equivalente a mil libras esterlinas(BALHANA.:WESTPHALEN. 1969:98).

Avaliando a grandeza do valor acima, em 1854, conforme relatório do presidente da província, a atividade do tropeirismo era a principal fonte de riqueza na região e que o comércio do gado equivaleria a cem mil libras esterlinas/ano(BALHANA.;WESTPHALEN. 1969:99).

As transformações na riqueza provincial como consequência dessa atividade são evidenciadas nas relações de bens dos proprietários, quando comparadas com o período do

início do século XIX. Saint-Hilaire, em sua viagem pela província do Paraná, descreve que nas residências dos proprietários, ricos, servem chá com queijo, biscoitos e doces, em lindas bandejas envernizadas, luxo esse em contraste com a singular penúria da casa(SAINT-HILAIRE. 1964:16).

As atividades do comércio se intensificam nas cidades, não trazendo com isso necessariamente transformações importantes quanto à evolução da economia regional, por que ela se baseava em produtos com origem no comércio internacional.

As relações capitalistas de produção já em consolidação no mundo europeu e americano, não estavam ainda plenamente em gestação no país, pois as relações sociais escravistas obstaculizavam a sua emergência.

No início do século XIX, já havia movimentos com relação à emancipação da 5ª Comarca de São Paulo, visando obter autonomia econômica, pois o Paraná era pouco explorado e sem o mínimo de apoio do Governo de São Paulo. Agrava-se tal situação pela distância com relação ao centro decisório. Foi na região de Paranaguá, a mais importante da Comarca no período, que se inicia o movimento separatista. Porém, somente a partir da década de 1820 é que o movimento ganha força, resultado tanto do comércio de gado, quanto do incremento da atividade de exportação da erva-mate, fatores esses que desenvolveram a renda interna. Outro aspecto ligado à questão político-militar, influenciando nas decisões de independência da Comarca, foi sua localização estratégica na parte meridional do país.

Somente quando o Império brasileiro se sentiu ameaçado com a Guerra dos Farrapos no Rio Grande em 1835, e o movimento revolucionário de Sorocaba em 1842, é que foi inserida na conjuntura nacional o ponto estratégico da 5ª Comarca de São Paulo(SANTOS. 1999:96).

Mas somente em 1853 é que a 5ª Comarca se torna independente, surgindo o Estado do Paraná. A situação política e econômica da Província do Paraná era precária na organização e na infra-estrutura; precisavam ser criadas as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento, tanto que o primeiro presidente da província determina alguns pontos básicos para tirar o Paraná da situação em que se encontrava.

Suas principais ações se concentraram na total emancipação financeira, na melhoria e na construção de estradas, facilitando dessa forma as comunicações e as atividades econômicas da região. Outra medida foi a transferência da comercialização do gado de Sorocaba para Castro a fim de aproveitar as invernadas paranaenses, ao mesmo tempo em que promovia a melhoria da criação do gado no Paraná.

A emancipação e independência política do Paraná, em 1853, faz parte das grandes transformações por que passaria a ex-comarca de São Paulo. Não cabe aqui estudar as causas e os reflexos da emancipação política do Paraná, porém a distância entre os centros de decisões, o isolamento político financeiro, pouca participação na distribuição dos recursos, os interesses mútuos entre os tropeiros e os movimentos revolucionários gaúchos, são elementos importantes que influenciaram as decisões parlamentares de emancipação da 5ª comarca.

No início do século XIX surge forte na economia paranaense a produção de erva-mate, comercializada principalmente para a região do Prata, tornando-se o principal produto de exportação da província. Por ser um produto nativo, não apresentava maiores custos para a sua população. A abertura dos portos brasileiros estimulou a comercialização do produto entre os portos de Paranaguá e de Buenos Aires. Sem dúvida que a produção de erva-mate e sua importância na pauta de exportações e no desenvolvimento da região promoveram a expansão econômica. Procurava-se de alguma forma depender menos das economias das regiões mais desenvolvidas da ex-colônia. Apesar de sua comercialização não fazer parte do circuito comercial das grandes potências européias e americanas, a sua aproximação com os mercados latinos abre novos caminhos para a economia paranaense.

Não podemos nos esquecer também do papel dos índios no desenvolvimento do Paraná Provincial. A população paranaense foi formada com base na exploração da atividade da mineração no litoral e posteriormente sua expansão pelo planalto curitibano e o elemento indígena foi fundamental nesse processo de ocupação, pois eram numerosos na região e efetivamente os primeiros núcleos povoadores da futura província do Paraná. Sem dúvida que a história dos relatos e dos documentos existentes sobre a população indígena nos mostram a violência praticada pelos colonizadores com a intenção de povoarem a região; A questão do povoamento na região paranaense inicialmente se liga a população indígena, grupos estes que efetivamente estavam presentes no nosso território até as conquistas européias e seu povoamento pelos povos europeus(MARTINS.1995:131).

O Paraná apresenta uma estrutura demográfica interessante considerando sua população escrava, pois, conforme levantamentos efetuados na Vila de Paranaguá em 1844, 72,13% dos escravos eram nascidos no Brasil, 27,60% procedentes da África e o restante provenientes de outros países(BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN. 1969:123). A importação pelo porto de Paranaguá se intensificou a partir da segunda metade do século XIX, mesmo considerando a pressão dos ingleses quanto ao tráfico negreiro, abastecendo principalmente o mercado paulista, em função da falta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira e que teve seus reflexos no Paraná.

A composição dos escravos quanto à questão de sexo, apresenta certo equilíbrio, pois nesse período os homens representavam 52% da população escrava enquanto as mulheres 48%. A quantidade de proprietários com escravos demonstra que era pequena a relação proprietários/escravos: a maioria dos proprietários possuía entre 1 a 5 escravos, sendo que uma pequena parcela, dez proprietários, possuíam 30 ou mais escravos. Quanto às atividades desenvolvidas pelos escravos, a maioria estava concentrada nas atividades da lavoura e/ou pecuária (50%), enquanto que em torno de 20% dos escravos estavam presentes nas atividades domésticas(BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN. 1969:124-125).

Número Escravos	Número Proprietários
1 a 5	226
6 a 10	38
11 a 15	14
16 a 20	9
21 a 25	5
26 a 30	3
Acima de 30	4

Quadro 4 – Relação proprietários e escravos - Paraná - Século.XIX

Fonte: História do Paraná – Ed. Grafipar 1969.

Se verificarmos a composição da população paranaense em termos de cor, durante o século XIX, reforçaremos a participação do negro escravo na formação econômica e social da população paranaense, conjuntamente com seus descendentes e os índios. A partir do final do século é que essa estrutura começa a se alterar em função das grandes transformações que iriam se operar no ambiente econômico do Império. A participação da população negra, mulata e parda, que chegou a ser de 45% por volta dos anos setenta, declinou para 36% em 1900. A política de colonização, o fim do tráfico negreiro e o crescimento expressivo da lavoura cafeeira na região de São Paulo alteraram o quadro demográfico no Paraná, visto que grandes contingentes de escravos foram transferidos para aquela região.

A alta dos preços da mão-de-obra escrava foi o reflexo desses movimentos de transformação na estrutura interna e externa de fornecimento de negros para atender o mercado de mão-de-obra. Relatório da província do Paraná de 1867 demonstra que o imposto sobre escravos arrecadado era quase igual ao imposto sobre animais(RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. 1867.)

Com isso, muda-se a configuração inicial da população paranaense baseada no tripé: índio, português e negro, sendo acrescentadas a esse contingente populacional diversas etnias européias, alterando profundamente o quadro populacional do Paraná, de forma heterogênea e com culturas diversas.

O crescimento populacional no Paraná foi crescente e ininterrupto desde o século XVIII até o final do século XIX. Se considerarmos a primeira metade do século XIX, verificaremos que o crescimento da população (119%) foi mais lento que a partir da segunda metade do século (425%), provavelmente em função das grandes transformações que alterariam toda uma estrutura econômica e social.

Ano	Total Habitantes
1721	3.400
1772	7.627
1800	21.843
1816	27.097
1822	32.678
1836	42.890
1847	47.950
1854	62.258
1872	126.722
1890	249.491
1900	327.136

Quadro 5 – Crescimento populacional - Paraná.
Fonte: História do Paraná – Ed. Grafipar 1969.

Durante o século XIX, a economia paranaense sofreu grandes transformações, estimuladas principalmente pela política de imigração e colonização praticadas pelo Governo. A concentração econômica nas atividades de extração da erva-mate e no comércio de animais, apesar de lucrativa, torna-se alvo de críticas por parte daqueles que se preocupavam com a não diversificação da produção paranaense.

Desde que o governo e o paiz se empenharam com afinco na repressão do illicito trafico de escravos, e que conseguintemente foram escasseando os braços, que nos forneciam semelhante commercio, as vistas de nossos lavradores volveram-se para a emigração estrangeira, como a única esperança que lhes restava, contra a decadencia da produção agrícola (RELATORIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. 1860).

Com a concentração das atividades nestes dois pólos, erva-mate e pecuária, a economia paranaense se ressentia de uma agricultura forte e permanente, até mesmo em função de seu abastecimento interno, prejudicado com a emigração para aquelas atividades. Agrava-se a situação interna da província, que importava mais do que exportava, pondo em

evidência sua dependência externa. Enquanto o Governo central mantinha um fluxo financeiro razoável, com a província financiando a política de imigração e de construção de ferrovias, o equilíbrio financeiro existia; porém, preocupado com a instabilidade econômica, o governo provincial estimula por sua conta a imigração européia e a colonização agrícola (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN. 1969:133).

A desagregação da sociedade campeira é outro fator importante nas grandes transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, face primeiramente à implantação progressiva das estradas de ferro, que cada vez mais excluía os serviços feitos pelos animais no transporte interno do país, em segundo lugar; à deterioração das fazendas de criar, relegadas a um segundo plano pelos proprietários, que não se preocuparam com os avanços na criação de gado, tanto que o comércio de muares, em 1860, atingia a casa dos 100.000/ano e no final do século não chegava à 5.000/ano (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN. 1969:152). O relato do Barão do Tibagy, apresentado pelo presidente da província em seu relatório de 1860, demonstra claramente o problema da deterioração da criação de gado:

Desde que o uso, e talvez as queimadas, foram estragando a uberdade natural de nossos campos de criar, foram os gados definhando. Essa razão principal, a ausencia de raças, que regenerassem a antiga, e o alto preço porque chega o sal ao fazendeiro, por falta de boas estradas, são causas essenciaes do estado pouco lisongeiro desta indústria entre nós (RELATORIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. 1860).

Um outro componente que iria modificar profundamente as relações sociais e econômicas na região está relacionado com a política de imigração, fator fundamental de alteração na composição étnica, cultural e de fornecimento de mão-de-obra para as lavouras. Foi um período em que a política imigratória teve duas vertentes claras de ação; uma preocupada com a colonização e a ocupação de regiões desertas, e outra a fim de preencher a falta de mão-de-obra para a cultura do café, em franca expansão, a partir dos anos 40 do século XIX. Foram duas políticas de imigração distintas que nortearam as decisões políticas, quanto à forma de impulsionar a produção agrícola no país. No sul houve a predominância da primeira opção, vistas as dificuldades enfrentadas por sua economia frágil, dependente dos mercados exportadores internos, induzida por condições sócio-econômicas inerentes ao processo produtivo da região.

Referências Bibliográficas

- BALHANA, Altiva P & MACHADO, Brasil. P & WESTPHALEN, Cecília M. ***História do Paraná***. Curitiba, 1969.
- CARDOSO, Fernando.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. RJ. Paz e Terra, 1977.
- DA COSTA, Iraci del N. & GALLARDO, Dario. H.G. **Paraná: Mapas de Habitantes (1798-1830)**. São Paulo: 1985, IPE - USP.
- FRANCO, Maria.S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 º ed. São Paulo. UNESP, 1997.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª ed. São Paulo. Ática, 1992.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste.de. **Viagem a comarca de Curitiba**. São Paulo. Nacional, 1964.
- SANTOS, Zeloí.A.M. dos. “*Os Campos de Guarapuava na política indígena do Estado Provincial do Paraná. (1854-1889)*”. Dissertação de Mestrado. UNICENTRO/UNESP. 1999.
- SLENES, ROBERT.W. **Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava**. Revista brasileira de História. São Paulo. ANPUH, 1988.